



**MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA**

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2004
PROCESSO Nº 72000.000422/2003-47**

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 029/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR MEIO DO MINISTÉRIO DO
TURISMO, E A EMPRESA CTIS
TECNOLOGIA LTDA., PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor de Gestão Interna, Senhor **RUBENS PORTUGAL BACELLAR**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 558.890 expedido pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 186.710.639-68, residente nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 183, de 23 de setembro de 2008, do Ministro de Estado do Turismo, publicada no D.O.U. do dia subsequente, de outro lado, a Empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN/Setor Comercial Norte, Qd. 04, Bloco "B", nº 100, salas 201, 204, 401, 403 e 804, Ed. Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP: 70714-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 expedida pela SSP/DF, e do CPF/MF nº 102.252.262-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 029/2004**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72000.000422/2003-47, referente à Concorrência nº 002/2004, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações e demais legislação correlatas, mediante as Cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade **prorrogar a vigência** do Contrato Administrativo nº 029/2004, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI), complementares às atividades do MTur, nas áreas de: a) Desenvolvimento de Aplicativos, utilizando ponto de função; b) Consultoria; e c) Manutenção de Ambientes; conforme previsto na Cláusula Oitava - Da Vigência, do referido Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 029/2004 terá vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 01.12.2008, perfazendo, portanto, um total de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Para cobrir as despesas durante o prazo consignado no *caput* da Cláusula Segunda fica estimado o valor total de R\$ 4.634.813,86 (quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos e treze reais e oitenta e seis centavos), sendo o valor de R\$ 386.234,48 (trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavo) para o exercício de 2008, e o valor de R\$ 4.248.579,38 (quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos) para o exercício de 2009.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do Contrato Administrativo nº 29/2004, em decorrência do presente aditamento, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada ao **CONTRATANTE** no exercício de 2008, no Programa de Trabalho: 23.122.1166.2272.0001, Elemento de Despesa: 33.90.39, Fonte 0100, mediante emissão de Nota de Empenho para menção do Crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas referentes ao exercício subsequente correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para a mesma atividade no respectivo exercício.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato ora aditado e em seus Termos Aditivos, naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.



CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

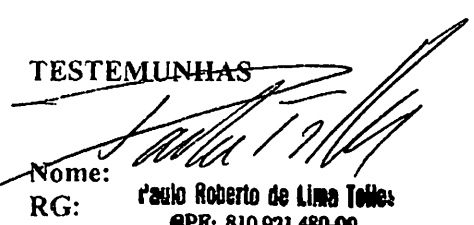
E, assim, por estarem de comum acordo, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo-assinados.

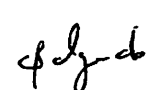
Brasília, 28 de novembro de 2008.


RUBENS PORTUGAL BACELLAR
P/ CONTRATADA


AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
P/ CONTRATANTE

TESTEMUNHAS


Nome: Paulo Roberto de Lima Torres
RG: CPF: 810.921.480-00
CPF: RG: 34767127408797 SSP/GC


Nome: Simone Maria da Silva Salgado
RG: CPF: 284.989.421-00
CPF: RG: 898.922-DF

